

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa



Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749 Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito  
/ Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.  
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-035-0

DOI 10.22533/at.ed.350210405

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de  
(Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Em **CONHECIMENTO, EXPERIÊNCIA E EMPATIA: A ENVOLTURA DO DIREITO**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em democracia, constituição e direitos humanos; estudos em criminologia; estudos sobre o estado e as atividades regulatórias; e estudos sobre a justiça.

Estudos em democracia, constituição e direitos humanos traz análises sobre democracia, princípios constitucionais, ações afirmativas, liberdade religiosa, cotas e pessoas em situação de rua.

Em estudos em criminologia são verificadas contribuições que versam sobre República Velha, organizações criminosas, periferia, humanização de penas e criminalização das *fake news*.

Estudos sobre o estado e as atividades regulatórias aborda questões como improbidade administrativa, regulação, publicidade e proteção de dados.

No quarto momento e último momento, estudos sobre a justiça, temos leituras sobre poder dos argumentos e relato sobre o projeto Escrevendo e reescrevendo a nossa história.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS MÚLTIPLAS VEREDAS DE OS SERTÕES: <i>PLANALTO E PLANÍCIES</i> Marclin Felix Moreira DOI 10.22533/at.ed.3502104051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A ATUAL RECESSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL Marcelo Rodrigues Mazzei DOI 10.22533/at.ed.3502104052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>32</b>
PRINCIPIOS PARA UNA LECTURA JUSTA DEL ORDENAMIENTO JURÍDICO William Esteban Grisales Cardona Luis Fernando Garcés Giraldo Conrado de Jesús Giraldo Zuluaga DOI 10.22533/at.ed.3502104053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE NO PROCESSO INCLUSIVO Lisete Maria Massulini Pigatto DOI 10.22533/at.ed.3502104054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL: UM ESTUDO A LUZ DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA João Batista de Castro Júnior Luis Paulo Ferraz de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.3502104055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>68</b>
COTAS PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS Armando Ribeiro Varejão DOI 10.22533/at.ed.3502104056	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITOS HUMANOS:VIDAS POSSÍVEIS E AGENDAS FUNDAMENTAIS Leide Fernanda de Oliveira Queiroz Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti DOI 10.22533/at.ed.3502104057	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>92</b>
CRIMINOLOGIA POSITIVISTA NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930) E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA	
Ana Julia Pozzi Arruda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3502104058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>108</b>
ANATOMIA DA FORMAÇÃO E MODO DE ATUAR DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3502104059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>128</b>
ASFIXIA COLETIVA: O IMPACTO DAS DISPUTAS ENTRE O ESTADO E OS GRUPOS CRIMINAIS NAS TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES MORADORES DE PERIFERIAS	
Clarice Beatriz da Costa Söhngen	
Ivana Oliveira Giovanaz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>141</b>
APAC: UMA INSTITUIÇÃO A FAVOR DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS	
Bárbara Paiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>147</b>
PUNINDO A DESINFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DAS <i>FAKE NEWS</i> POR MEIO DO ESTUDO DO BEM JURÍDICO-PENAL	
Talysson Teodoro Travassos Sanchez Rojas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>168</b>
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO BRASIL: UM BREVE ESTUDO SOBRE A SUFICIÊNCIA DAS INOVAÇÕES DA LEI Nº 8.429/1992 A PARTIR DA ORIGEM E DAS ESPECIFICIDADES DO FENÔMENO	
Anays Martins Finger	
Ana Cláudia Favarin Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>180</b>
ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E O CASO DA MEDIDA PROVISÓRIA 579/2012 (CONCESSÕES NO SETOR ELÉTRICO)	
Douglas Toci Dias	
José Carlos de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>196</b>
PUBLICIDADE NAS ARBITRAGENS COM O PODER PÚBLICO	
Igor Matheus Alves da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040515</b>	

<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>210</b>
<b>A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS DIANTE DA (IN)SEGURANÇA NO CIBERESPAÇO: UM DESAFIO</b>	
Larissa Rocha de Paula Pessoa	
Mariana Caroline Pereira Félix	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040516</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>221</b>
<b>JUSTIÇA E PODER DOS ARGUMENTOS</b>	
William Esteban Grisales Cardona	
Luis Fernando Garcés Giraldo	
Conrado de Jesús Giraldo Zuluaga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040517</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>234</b>
<b>RELATOS EXTENSIONISTA NO PROJETO ESCREVENDO E RESCREVENDO A NOSSA HISTÓRIA (PERNOH): PARA ALÉM DO ACESSO À JUSTIÇA</b>	
Sandoval Alves da Silva	
Camille de Azevedo Alves	
João Renato Rodrigues Siqueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35021040518</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>249</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>250</b>

# CAPÍTULO 3

## PRINCIPIOS PARA UNA LECTURA JUSTA DEL ORDENAMIENTO JURÍDICO

*Data de aceite: 01/05/2021*

### **William Esteban Grisales Cardona**

Docente investigador de la Corporación  
Universitaria Americana, Facultad de  
Humanidades y Ciencias Sociales  
Medellín - Colombia  
<http://orcid.org/0000-0002-3697-8882>

### **Luis Fernando Garcés Giraldo**

Vicerrector de Investigación, sede Medellín,  
Corporación Universitaria Americana.  
Medellín – Colombia  
<http://orcid.org/0000-0003-3286-8704>

### **Conrado de Jesús Giraldo Zuluaga**

Coordinador Doctorado en Filosofía,  
Universidad Pontificia Bolivariana.  
Medellín – Colombia  
<http://orcid.org/0000-0003-1885-9158>

**ABSTRACT:** This text starts from the idea of justice as a unifying criterion of the legal system, taking as a starting point the correction of the legal system from the proposal of the legal philosopher Robert Alexy. The existence of a legal order that does not imply the principle of correction cannot be conceived. In the same way, a reference is made to some of the principles that are essential for a homogeneous reading of the legal system, among which are: equality, the burden of arguing and sufficient motivation, as well as pointing out some of the rules proposed by professor Alexy for an adequate argumentative structure, which serve as a method for an orderly and strong

argumentation of the reasons that the participants explain.

**KEYWORDS:** Principles, equality, Constitution, motivation, correction.

### **PRINCÍPIOS PARA UMA LEITURA JUSTA DA ORDEM JURÍDICA**

**RESUMO:** Este texto parte da ideia de justiça como critério unificador do sistema jurídico, tomando como ponto de partida a correção do sistema jurídico a partir da proposta do filósofo jurídico Robert Alexy. Não se pode conceber a existência de uma ordem jurídica que não implique o princípio da correção. Da mesma forma, faz-se referência a alguns dos princípios essenciais para uma leitura homogênea do ordenamento jurídico, entre os quais se destacam: a igualdade, o ônus da discussão e a motivação suficiente, além de apontar algumas das normas propostas da professora Alexy para uma estrutura argumentativa adequada, que serve como método para uma argumentação ordenada e forte das razões que os participantes explicam.

**PALAVRAS - CHAVE:** Princípios, igualdade, Constituição, motivação, correção.

### **INTRODUCCIÓN**

El profesor Robert Alexy se destaca por ser uno de los principales exponentes de la teoría de la argumentación jurídica, desde la cual expone sus lineamientos en la construcción de una teoría del derecho de base discursiva,



apoyada en la unión entre derecho y moral, posición que durante un largo tiempo había sido eliminada desde las posturas positivistas del derecho. La necesidad de unificar de nuevo estos criterios surge con la finalización de la segunda guerra mundial, en la cual el derecho fue utilizado como herramienta para la construcción del terror, la ley era aplicada por los jueces de una forma exegética, sin mirar que derechos o principios se podían afectar con ella. Uno de los argumentos que se presentaron por parte de los jueces consistió en la fuerza obligatoria de la ley y la imposibilidad de interpretarla, de allí su aplicación sin mirar que otro derecho se podría afectar.

El análisis del derecho bajo una nueva óptica en la cual la ley se interpretará, o si se quiere, se leyera desde una base más amplia, la cual debe estar compuesta por aquellos elementos que muestren el grado de justicia que el ordenamiento jurídico posee en determinadas y precisas situaciones. Dichos elementos se encuentran en el componente moral, los principios generales y los derechos fundamentales. Por ello Alexy propone un análisis del ordenamiento jurídico desde aquellos derechos que logren una aplicación justa del ordenamiento jurídico desde la corrección que estos principios le hacen a dicho ordenamiento jurídico. No basta una base legal, se requiere igualmente un fundamento moral en la decisión producida por el juez.

Esta postura lleva a generar nuevas propuestas para una lectura del derecho, e incluso en su aplicación, corrientes que pueden denominarse positivismo incluyente, neo iusnaturalismo, neo constitucionalismo, entre otras. Bajo estas posturas el derecho cuenta con una base axiológica compuesta por una serie de derechos de rango constitucional que permite hacer una adecuación de la ley en un marco de justicia.

Ahora, es importante observar el punto de partida para entender la propuesta de justicia que hace el profesor Alexy y cuales principios argumentativos se pueden proponer desde una lectura homogénea de la justicia.

Frente al concepto de justicia, Alexy no va a decir que no se trata de la justicia vista desde la totalidad de la moral, sino solo desde el campo de los repartos y las compensaciones, esto es visto, tanto, desde la justicia distributiva y la conmutativa. Señalando igualmente que entre ambos tipos de justicia hay relaciones estrechas y complejas. (ALEXY, 2016) Aristóteles, en la *Ética a Nicómaco* nos presenta la justicia de la siguiente manera:

“Una especie de justicia particular y de lo justo correspondiente es la que se aplica en la distribución de honores, dinero o cualquier cosa compartida entre miembros de una comunidad (pues, en estas distribuciones, uno puede tener una parte igual o no igual a otro), y otra especie es la que establece los tratos en las relaciones entre los individuos. Esta última tiene dos partes, pues los tratos son voluntarios e involuntarios. Los voluntarios son tratos tales como los de compra, venta, préstamo de dinero, fianza, usufructo, depósito, alquileres (u se llaman voluntarios porque son iniciados voluntariamente); de los involuntarios, unos son llamados clandestinos, como el hurto, adulterio, envenenamiento, prostitución, seducción de esclavos, asesinato, falso testimonio, y otros son violentos, como el ultraje, el encarcelamiento, el homicidio, la difamación y el

Esta primera expresión de Alexy, muestra la relación compleja entre estas dos clases de justicia, e incluso la forma en que se puede presentar su aplicación tanto en los casos de legalidad como de ilegalidad. La justicia distributiva corresponderá a la cantidad de honores o calidades que pueda tener una persona en concreto, lo anterior implicaría, que la distribución de los bienes dependerá de ello, dando ventajas sobre los demás. Por ejemplo: un estudiante de buenas tendrá mejores beneficios que aquellos que tienen bajas calificaciones. Mientras que la justicia conmutativa obedece al acuerdo de voluntades que se presenta entre los contratantes y las prestaciones recíprocas que hayan acordado, salvo el evento en que se trata de actos ilegales, es decir, donde no existe ningún acuerdo de voluntades, una parte decide afectar los bienes de otra persona o el cuerpo. En este último evento, entre lo distributivo y lo conmutativo existe una evidente relación, pero a su vez, da lugar también a la aplicación de la justicia correctiva.

En un segundo momento Alexy señala: “La justicia es corrección (*Richtigkeit*) en la distribución y en la compensación” (p. 49), más adelante este especifica: “...El más importante *analogon* del concepto de justicia es la verdad. Así como la verdad es el más alto criterio de valoración de la corrección de proposiciones que versan de aquello que ocurre, del mismo modo la justicia es el más alto criterio de valoración de la corrección de distribuciones y compensaciones.” (p.49)

La corrección es un elemento esencial dentro de la propuesta filosófica jurídica del profesor Alexy. Esta se convierte en un eje transversal entre otros dos argumentos, el de la injusticia y el de los principios, desde los cuales el profesor Alexy señala que parámetros debe cumplir las normas individuales para que no pierdan su carácter jurídico. Lo anterior se desprende de la idea de que un derecho injusto no es derecho, esto quiere decir que la norma catalogada de injusta no puede, ni debe considerarse como integrante del ordenamiento jurídico válido y vigente de un Estado Constitucional de derecho, y quien ayuda a determinar el nivel de injusticia es la aplicación o no de los principios, son estos los que permite hacer una lectura de corrección del ordenamiento jurídico.

Al respecto se tiene:

“...Afirma que tanto las normas aisladas y las decisiones judiciales aisladas como así también los sistemas jurídicos en tanto un todo formulan necesariamente una pretensión de corrección. Los sistemas normativos que no formulan explícita o implícitamente esta pretensión no son sistemas jurídicos.” (Alexy, 2008, p. 41)

De lo anterior, se observa con claridad como la corrección como argumento permite definir si un ordenamiento jurídico, entendido este desde cualquier norma que lo integre, es justo o no. La finalidad es desentrañar por medio de este argumento la base justa que tiene una norma como un todo o una norma aislada. Frente a estas últimas corresponderá

al juez por medio de la sentencia señalar y sacar a la luz el plus de justicia que encierra la respectiva norma, de no lograrse o efectivamente demostrar que la norma es injusta no puede ser considerada como parte de ese ordenamiento jurídico y cualquier decisión que se tome con fundamento en ella será abiertamente injusta y estará por fuera del orden normativo del Estado.

Además, la corrección estará presente siempre dentro del orden jurídico. Alexy afirma lo anterior indicando que es la Constitución es el vínculo que permite establecer la justicia del ordenamiento partiendo del argumento de la corrección.

“Con el acto de la sanción de una Constitución está vinculada necesariamente la pretensión de corrección que, en este caso, es, sobre todo, una pretensión de justicia. Un legislador constitucional comete una contradicción performativa cuando el contenido de su acto constituyente niega esta pretensión, a pesar de que con su ejecución la formula.” (Alexy, 2008, p. 43)

La Constitución como cuerpo esencial en el Estado determina los criterios que han de tenerse presentes para la formación del orden jurídico y las distintas decisiones judiciales.

“La Constitución no es, en definitiva, más que el cauce de la expresión jurídica del orden político de la sociedad. Un cauce de expresión que debe ser igualitario, ya que no puede haber ordenes políticos distintos en la sociedad; libre, en la medida en que su contenido debe estar determinado por los propios ciudadanos directamente (muy infrecuente) o a través de sus representantes (lo normal); y seguro, en la medida en que los mecanismos de ejecución de la ley en general o de aplicación de la ley a los casos particulares, están también determinados en la Constitución y lo están como mecanismos dependientes de la voluntad general; es decir, de la propia voluntad de la sociedad, de los ciudadanos.” (Pérez R, 2005, p. 105)

De la cita anterior, se desprende como la Constitución encarna los principales valores que tiene una sociedad, además de crear permanencia y estabilidad en cada uno de sus ciudadanos. Por ello, la Constitución se convierte en una fuerza superior dentro del ordenamiento jurídico, esta brinda pautas que deben ser acatadas por las autoridades y los particulares. Sobre este tema la Corte Constitucional, en la sentencia C-415 de 2012, indico:

“La noción de supremacía constitucional parte de la naturaleza normativa de la Constitución, que se revela en el carácter de fuente primaria del ordenamiento jurídico. En tal sentido, el artículo 4 de la Constitución Política indica: “La Constitución es norma de normas. En todo caso de incompatibilidad entre la Constitución y la ley u otra norma jurídica, se aplicarán las disposiciones constitucionales”. Así, la naturaleza normativa del orden constitucional es la clave de la sujeción del orden jurídico restante a sus disposiciones, en virtud del carácter vinculante que tienen sus reglas. Tal condición normativa y prevalente de las normas constitucionales, la sitúan en el orden jurídico como fuente primera del sistema de derecho interno, comenzando por la validez misma de las normas infraconstitucionales cuyas formas y procedimientos

de producción se hallan regulados en la propia Constitución. De ahí que la Corte haya expresado: La Constitución se erige en el marco supremo y último para determinar tanto la pertenencia al orden jurídico como la validez de cualquier norma, regla o decisión que formulen o profieran los órganos por ella instaurados. El conjunto de los actos de los órganos constituidos -Congreso, Ejecutivo y jueces- se identifica con referencia a la Constitución y no se reconoce como derecho si desconoce sus criterios de validez. La Constitución como *lex superior* precisa y regula las formas y métodos de producción de las normas que integran el ordenamiento y es por ello “fuente de fuentes”; *norma normarum*. Estas características de supremacía y de máxima regla de reconocimiento del orden jurídico propias de la Constitución, se expresan inequívocamente en el texto del artículo 4°.

La Constitución, es la fuente de la justicia y como tal base para una argumentación o discurso sobre la justicia. Además, de indicar las formas y métodos en que se debe generar el discurso sobre la justicia, discurso en el cual estarán presentes todos los derechos inherentes a la persona y que hacen que el ordenamiento jurídico sea considerado derecho, por tanto, justo.

## PARTE 2

En el apartado anterior, se indicó que la Corrección es un argumento sobre la justicia, y que se encuentra en medio de dos principios el de la injusticia y el de los principios. Por ello se hace necesario en este acápite definir que es un argumento y cuales principios dan lugar a una argumentación sobre la justicia.

Cada una de las partes que integran el ordenamiento jurídico requieren de un ejercicio de justificación con el fin de desentrañar el plus de justicia que posee la norma, es decir, la corrección del ordenamiento jurídico que proviene de la lectura misma de la Constitución, al igual cuando se dinamiza el derecho, y esa dinamización debe cumplir con el principio de igualdad.

Perelman señala:

“La noción de justicia sugiere a todos inevitablemente la idea de una cierta igualdad. Desde Platón y Aristóteles, pasando por Santo Tomas, hasta los juristas, moralistas y filósofos contemporáneos, todo el mundo está de acuerdo en este punto. La idea de justicia consiste en una cierta aplicación de la idea de igualdad. Todo consiste en definir esta aplicación de tal manera que, aun constituyendo el elemento común de las diversas concepciones de justicia, permita sus divergencias. Esto sólo es posible si la definición de la noción de justicia contiene un elemento indeterminado, variable, cuyas diversas determinaciones darán lugar a las más opuestas formulas de la justicia.”  
(Perelman, 2017, p. 48)

Las distintas decisiones judiciales que versen sobre casos similares deben mantener un criterio de igualdad, pues no se debe variar en forma injustificada entre cada uno de los casos similares, salvo que hallan circunstancias que obliguen al juez a cambiar su

postura. Circunstancias que deberán someterse al test de razonabilidad. Al respecto la Corte Constitucional indico:

“El “test de razonabilidad” es una guía metodológica para dar respuesta a la tercera pregunta que debe hacerse en todo problema relacionado con el principio de igualdad: ¿cuál es el criterio relevante para establecer un trato desigual? o, en otras palabras, ¿es razonable la justificación ofrecida para el establecimiento de un trato desigual?” (Sentencia C-022 de 1996)

La igualdad, es un principio esencial en el campo de la argumentación, pero a su vez, los participantes del discurso deben cumplir una serie de obligaciones, entre las cuales se encuentra el principio de la Carga de la argumentación. Esta es la obligación de fundamentar la idea o pretensión esbozada con total precisión y claridad frente al auditorio, si la afirmación o la pretensión carece de fundamento esta no será de recibo por parte del auditorio.

El profesor Alexy, señala sobre este aspecto:

“(3.1) Quien pretende tratar a una persona A de manera distinta que a una persona B está obligado a fundamentarlo. (3.2) Quien ataca una proposición o una norma que no es objeto de la discusión debe dar una razón para ello. (3.3) Quien ha aducido un argumento sólo está obligado a dar más argumentos en caso de contraargumentos. (3.4) Quien introduce en el discurso una afirmación o manifestación sobre sus opiniones, deseos o necesidades que no se refiera como argumento a una anterior manifestación, tiene si se le pide, que fundamentar por qué introdujo esa afirmación o manifestación.” (Alexy, 2017, p. 406)

Este principio se debe cumplir para que el argumento pueda entrar en el ámbito del discurso, los participantes deben conocer las afirmaciones y los argumentos que cada uno tiene frente a un determinado tema, por ello, para que este principio funcione requiere que exista previamente entre los participantes un acuerdo sobre el tema a debatir, no es viable abrir una discusión sobre múltiples temas y dar argumentos sobre todos ellos, para que la discusión tenga un buen fin tiene que estar centrada (*topoi*), de igual manera se hace indispensable aclarar en sentido en que un término ha de ser usado dentro de dicha discusión para evitar de tal manera confusiones entre los participantes.

Es importante tener en cuenta, además las siguientes reglas:

“(1) Quien asevera algo, eleva una pretensión de verdad o corrección; (2) La pretensión de verdad o corrección implica una pretensión de fundamentación; (3) La pretensión de fundamentación implica para cualquier persona un deber prima facie de fundamentar lo afirmado, cuando se le exige; (4) Al aducir justificaciones se elevan, al menos en el plano del discurso, las pretensiones de igualdad de derechos, no violencia y universalidad, y (5) Quien a lo largo de toda su vida no haya hecho una aserción (en el sentido definido en (1)-(3) ni ninguna fundamentación (en el sentido definido por (4)), no ha tomado parte en la forma de vida humana más elemental”(SIECKMANN, 2014)

Lo anterior permite establecer el siguiente principio, y consiste en la motivación suficiente. Desde el punto de vista práctico, y centrando estos principios en la función judicial, corresponde al juez cumplir con cada uno de los principios anteriormente señalados, los cuales se pueden ver plasmados en la legislación procesal civil, como, por ejemplo, art. 42, N°. 2 Código General del Proceso (“Hacer efectiva la igualdad de las partes en el proceso, usando los poderes que este código le otorga.”); art. 167 CGP (“Incumbe a las partes probar el supuesto de hecho de las normas que consagran el efecto jurídico que ellas persiguen...”); art. 280 CGP (“La motivación de la sentencia deberá limitarse al examen crítico de las pruebas con explicación razonada de las conclusiones sobre ellas, y a los razonamientos constitucionales, legales, de equidad y doctrinarios estrictamente necesarios para fundamentar las conclusiones, exponiéndolos con brevedad y precisión, con indicación de las disposiciones aplicadas...”)

Retomando el último aspecto, la motivación suficiente, debe contener como mínimo lo siguiente: método y organización en la justificación, las razones deben ser explícitas, las razones deben ser validas, las razones deben ser concluyentes. Las sumas de los anteriores requisitos definen la suficiencia de la motivación, en el evento de faltar una de ellas la decisión tomada estaría vulnerando los principios básicos de la argumentación.

Sobre este tema en la sentencia T-214 de 2012 la Corte Constitucional señaló:

“La motivación de los fallos judiciales es un deber de los jueces y un derecho fundamental de los ciudadanos, como posición jurídica concreta derivada del debido proceso. Desde el punto de vista del operador judicial, la motivación consiste en un ejercicio argumentativo por medio del cual el juez establece la interpretación de las disposiciones normativas, de una parte, y determina cómo, a partir de los elementos de convicción aportados al proceso y la hipótesis de hecho que se construye con base en esos elementos, es posible subsumir el caso concreto en el supuesto de hecho de una regla jurídica aplicable al caso. En el estado constitucional de derecho, la motivación adquiere mayor importancia. La incidencia de los derechos fundamentales en todas las áreas del derecho y la obligación de los jueces y operadores jurídicos de aplicar las reglas legales y/o reglamentarias sólo en la medida en que sean conformes con la Carta Política (aspectos conocidos en la doctrina constitucional como efecto irradiación, interpretación conforme y carácter normativo de la Constitución) exigen del juez un ejercicio interpretativo calificado que dé cuenta del ajuste entre su interpretación y los mandatos superiores, y que le permita, mediante el despliegue de una argumentación que tome en cuenta todos los factores relevantes, administrar el pluralismo de los principios constitucionales.”

Es una obligación del juez motivar suficientemente sus decisiones, en aras de lograr dentro del auditorio que se acojan sus razones. Y por tal razón cumplir con los parámetros generales y los principios señalados para el cumplimiento de una lectura homogénea de un ordenamiento jurídico.

## CONCLUSIONES

Para que un ordenamiento jurídico haga parte y pueda estar en él es indispensable que se cumpla con el principio de corrección, que lo que pretende es desentrañar el grado de justicia que cada norma de dicho ordenamiento posee, para ello no basta con la sola lectura de él, sino que esta debe iniciar con los parámetros que la misma Constitución de cada Estado consagra. Los principios constitucionales como la igualdad son obligatorios dentro de un esquema que permita una lectura homogénea del ordenamiento jurídico dentro del marco de la justicia. Pero no basta solo con la igualdad, sino que además de deben incluir la carga de la argumentación como un ejercicio que cumplen cada uno de los participantes en el discurso, lo que a su vez garantiza la igualdad de cada uno de los intervinientes en un proceso.

Cada afirmación, cada decisión que se toma tiene que estar motivada suficientemente, es decir, exponer ampliamente y críticamente las razones de una afirmación o decisión, respetando cada uno las oportunidades que el mismo discurso le brinda, respetando a su vez las reglas propias del discurso práctico general y especial.

## REFERENCIA

ALEXY, Robert. Doble naturaleza del derecho. Ed. Trotta. Madrid. 2016

ALEXY, Robert. El concepto y validez del derecho. Ed. Gedisa. Barcelona. 2008

ALEXY, Robert. Teoría de la argumentación jurídica. Palestra editores. Lima. 2017

ARISTOTELES. Ética Nicomáquea. Ed. Gredos. Madrid. 2000

CONGRESO DE COLOMBIA. Ley 1564 de 2012 (Código general del proceso)

CORTE CONSTITUCIONAL COLOMBIANA. Sentencia C-415 de 2012

CORTE CONSTITUCIONAL COLOMBIANA. Sentencia C-022 de 1996

CORTE CONSTITUCIONAL COLOMBIANA. Sentencia T-214 de 2012

PERELMAN, Chaïm. De la justicia, de la interpretación y razonamiento jurídico. Ediciones Olejnik. Santiago de Chile. 2017

PEREZ R, Javier. Curso de derecho constitucional. 9 ed. Marcial Pons. 2005

SIECKMANN, Jan-R. La teoría del derecho de Robert Alexy. Análisis y crítica. Ed. Universidad Externado de Colombia. Bogotá. 2014.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações Afirmativas 5, 6, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 73, 75, 77

### C

Conhecimento 2, 5, 4, 47, 48, 74, 94, 142, 152, 153, 196, 201, 209, 211, 212, 218, 220, 244, 245

Constituição 5, 4, 7, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 39, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 75, 88, 91, 96, 104, 144, 152, 159, 161, 162, 168, 169, 171, 172, 175, 196, 197, 206, 209, 238

Cotas 5, 6, 42, 43, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 187, 188, 244

Criminalização 5, 7, 91, 100, 101, 103, 104, 127, 132, 146, 147, 148, 154, 162, 164, 168, 171

Criminologia 5, 7, 91, 92, 94, 98, 99, 102, 103, 104, 105

### D

Democracia 5, 1, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 39, 40, 47, 60, 72, 138, 152, 153, 154, 158, 161, 162, 223, 240

Direito 2, 5, 1, 2, 14, 15, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 65, 67, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 120, 121, 127, 129, 130, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 172, 173, 176, 177, 178, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 217, 218, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248

Direitos Humanos 5, 6, 1, 46, 55, 62, 63, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 238, 247, 248

### E

Empatia 2, 5

Experiência 2, 5, 2, 15, 16, 27, 48, 70, 84, 182, 244

### F

Fake News 5, 7, 146, 147, 148, 150, 156, 162, 163, 165

### G

Grupos Criminais 7, 127, 128, 129, 130, 137

### H

Humanização 5, 7, 140, 143, 144

## I

Improbidade Administrativa 5, 7, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Inclusão 44, 45, 48, 74, 75, 76, 86, 92, 118, 123, 172, 212, 234, 235, 237, 240, 244, 245

## J

Justiça 5, 8, 31, 43, 44, 45, 49, 71, 73, 74, 79, 80, 82, 84, 87, 88, 90, 94, 97, 103, 105, 117, 122, 130, 131, 134, 138, 140, 145, 174, 202, 203, 220, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

## L

Liberdade Religiosa 5, 6, 43, 50, 51, 52, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64

## O

Organização Criminosa 110, 118, 119, 121, 123, 124, 125

## P

Pena 25, 53, 63, 92, 94, 95, 100, 105, 132, 133, 140, 141, 145, 152, 155, 156, 158, 160, 162, 163, 196

Poder 5, 7, 8, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 43, 44, 46, 47, 48, 58, 59, 62, 64, 71, 73, 75, 77, 80, 87, 94, 96, 98, 104, 112, 113, 131, 133, 142, 148, 149, 160, 168, 170, 171, 173, 175, 176, 178, 180, 192, 195, 197, 200, 206, 209, 210, 212, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 230, 231, 234, 237, 238, 241, 243, 245

Poder Público 7, 59, 80, 142, 173, 195, 197, 206, 223

Princípios 5, 2, 3, 4, 6, 8, 13, 15, 25, 31, 43, 45, 46, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 95, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 120, 141, 142, 143, 144, 159, 161, 162, 164, 170, 172, 173, 178, 181, 197, 205, 206, 213, 214

Proteção de Dados 5, 8, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218

## R

Regulação 5, 53, 141, 173, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 192, 194, 213

Relato 5, 242

## S

Situação de Rua 5, 6, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 128





## T

Transexuais 6, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 77

Travestis 6, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77





# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

-  [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)
-  [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)